Entre Aldeias e a Cidade: Mobilidade Indígena, Etnicidade e Urbanização em Atalaia do Norte (AM)[1]

Rodrigo Oliveira Braga Reis

Doutor em Antropologia Social (PPGAS/MN-UFRJ) e professor no Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas (INC/UFAM).

Email: roliveiraam@ufam.edu.br

Resumo

O texto apresenta resultados de uma pesquisa colaborativa sobre a presença indígena na cidade de Atalaia do Norte (AM), focando nos povos do Vale do Javari. A metodologia empregada, um censo colaborativo, envolveu ativamente lideranças e membros das comunidades indígenas em todas as etapas, desde a concepção do questionário até a análise dos dados, buscando mitigar vieses e garantir a representatividade das vozes indígenas. Os principais temas explorados são as motivações para o deslocamento para a cidade, principalmente educação e saúde, as condições de vida urbana dos indígenas, incluindo moradia, trabalho, acesso a serviços básicos e segurança, e a complexa relação entre a vida na cidade e nas aldeias, analisando percepções, planos futuros e continuidades entre ambos os espaços. O estudo questiona a dicotomia urbano-rural e destaca a importância de uma abordagem multidimensional para compreender a urbanização indígena na Amazônia, enfatizando o protagonismo e a agência dos povos indígenas nesse processo.

Palavras-chave: Mobilidade indígena; Urbanização; Censo colaborativo; Atalaia do Norte; Vale do Javari.

[1] Este trabalho compreende a versão revisada e ampliada do trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia (2020) (Reis, 2020).

CC BY

Between Villages and the City: Indigenous Mobility, Ethnicity, and Urbanization in Atalaia do Norte (AM)

Abstract

The text presents the outcomes of a collaborative research conducted with the people of the Javari Valley, on the indigenous presence in the city of Atalaia do Norte (AM-Brazil). We employed the collaborative census methodology, which actively involved indigenous leaders and community members in all stages: from the design of the questionnaire to the data analysis. By doing so, we sought to mitigate biases and ensure the representativeness of indigenous voices. The main themes explored are the motivations for moving to the city – mainly education and health – the urban living conditions of indigenous people – including housing, work, access to basic services, and security–, and the complex relationship between life in the city and the villages, taking into account perceptions, plans and continuities between both spaces. The study challenges the urban-rural dichotomy and highlights the importance of a multidimensional approach to understanding indigenous urbanization in the Amazon, emphasizing the protagonism and agency of indigenous peoples in this process.

Keywords: Indigenous mobility; Urbanization; Collaborative census; Atalaia do Norte; Javari Valley.

Introdução

Os dados e reflexões aqui apresentados resultam de uma investigação realizada a partir do diálogo e da colaboração entre pesquisadores e extensionistas universitários da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), e lideranças de organizações indígenas do Vale do Javari. Essa investigação atendeu a uma demanda por estudo da presença indígena em Atalaia do Norte-AM, expressa por lideranças e representantes locais, como o então Secretário Municipal de Assuntos Indígenas (SEMAI) Darcy Duarth Comapa (Marubo), entre dezembro de 2017 e março de 2018.[2] Junto à demanda, estes interlocutores compartilharam a impressão de um forte aumento na quantidade de indígenas residindo na sede municipal, com estimativas variando entre 800 e 1500 indivíduos, e avaliavam que as diferentes organizações indígenas, o poder público municipal e órgãos indigenistas, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), não realizavam ações de acompanhamento e controle sobre esse fenômeno. Essa demanda representa, portanto, um ato de agência e protagonismo indígena na busca por conhecer e influenciar as políticas voltadas aos indígenas na cidade.

O aumento da presença indígena em Atalaia do Norte coincide com o período pós-demarcação da Terra Indígena Vale do Javari (TIVJ), homologada em 2001, marcando uma nova situação histórica nas relações entre indígenas e não indígenas, bem como entre territórios indígenas e cidades. Nesse novo contexto, diversas transformações ocorreram na organização política dos povos indígenas da TIVJ. O Conselho Indígena do Vale do Javari (CIVAJA) — criado em 1992 — foi substituído, a partir de 2008, por uma nova organização, a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA), além do surgimento de associações com abrangência mais restrita, delimitadas pelo pertencimento étnico ou pela localização da comunidade (Reis, 2013; 2024).

Embora a liderança inicial das organizações indígenas fosse majoritariamente Marubo, resultando na predominância desse povo em Atalaia do Norte nos primeiros anos do século, a criação de associações etnicamente delimitadas e a presença de seus representantes na sede municipal criaram redes de apoio que facilitaram o deslocamento (permanente ou temporário) de indígenas de outros povos.

O deslocamento de jovens para a cidade com foco na educação, especialmente o Ensino Médio, é um fator crucial. Levantamentos de 2008[3] e 2012 (Paz, 2014) revelam um aumento expressivo de 720% nas matrículas indígenas no Ensino Médio urbano (de 18 para 148). Essa intensificação sugere uma crescente valorização da educação formal e as pressões sociais e familiares para que os jovens concluam seus estudos. Devemos considerar também os funcionários de órgãos públicos como a FUNAI e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e o fato de que uma parcela da população do Vale do Javari realiza deslocamentos rotineiros entre aldeias e cidades, principalmente para tratamentos médicos ou para acompanhar parentes doentes em busca de atendimento e para receber auxílios financeiros do estado (aposentadoria, bolsa-família etc.)

---

[2] Esta demanda foi apresentada por lideranças indígenas em outras ocasiões, tendo sido um dos aspectos marcantes nos diálogos que resultaram em projetos de extensão do Curso de Bacharelado em Antropologia da UFAM entre 2007 e 2010, na realização de seminários e no desenvolvimento de projetos de Iniciação Científica e Trabalhos de Conclusão de Curso, constituindo assim um importante espaço de interlocução e pesquisa (Reis *et al.*, 2020; Reis, 2024).

[3] Este levantamento foi realizado por lideranças indígenas no processo de mobilização e organização do Curso Preparatório para o Ingresso de Estudantes Indígenas no Ensino Superior (Projeto de extensão - UFAM).

Atalaia do Norte situa-se na margem direita do rio Javari, que delimita a fronteira entre Brasil e Peru. Seu território abriga dois Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) e tem cerca de 85% de sua área correspondente à TIVJ. O município integra a microrregião do Alto Solimões e a "Faixa de Fronteira", incluindo cidades como Benjamin Constant e Tabatinga.

Embora o foco da pesquisa seja a presença na cidade de Atalaia do Norte, é importante registrar que este não é o único destino, especialmente quando os deslocamentos estão relacionados a tratamentos médicos e à busca de serviços bancários. Nessa cidade está instalada a administração do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Vale do Javari e uma Casa de Saúde Indígena (CASAI), além dos postos de saúde e hospital municipais. E, em Tabatinga, encontra-se uma Casa de Apoio à Saúde Indígena (CAPAI) do DSEI-Vale do Javari, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e o Hospital de Guarnição de Tabatinga (HGuT), sendo este último o hospital de referência para os municípios da microrregião do Alto Solimões. Também em Tabatinga, está localizado o aeroporto que atende toda a região, sendo, portanto, o destino dos pacientes que, por necessitarem de atendimento de média e alta complexidade, se deslocam para a cidade de Manaus e outras regiões do país.

Quanto aos serviços bancários, Atalaia do Norte possui uma casa lotérica, um posto do Banco Bradesco e correspondentes bancários em casas comerciais. A agência lotérica, responsável pelo pagamento de grande parte dos benefícios sociais, não possui espaço e estrutura adequados para atender à quantidade de pessoas, além de ser frequente a ausência de dinheiro para os saques. As longas filas são comuns nessa agência, assim como nas localizadas em Benjamin Constant e Tabatinga. Para o recebimento dos pagamentos realizados pelo Banco do Brasil, em 2018, os cidadãos recorriam à agência dos Correios da cidade (sempre com pouquíssimo efetivo disponível) ou à agência de Benjamin Constant, que também possui um caixa eletrônico do Banco do Brasil, operando precariamente, além de uma agência do Bradesco. Somente em Tabatinga há agências bancárias da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, além de uma do Bradesco. O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) possui agências em Benjamin Constant e Tabatinga. Consequentemente, para a abertura de contas e outros serviços bancários, além da prova de vida para o INSS, é comum encontrar indígenas de diferentes comunidades da TIVJ em Tabatinga.

Além disso, estudos profissionalizantes e superiores motivam deslocamentos para Benjamin Constant, Tabatinga, Manaus e outras cidades. É importante notar também as dinâmicas transfronteiriças dos Matsés com localidades peruanas e brasileiras (Reis, 2013), as relações dos Marubo do alto rio Ituí com a cidade de Cruzeiro do Sul (AC) e dos Kanamari com localidades da região do rio Juruá.

Em termos populacionais, os censos realizados pelo IBGE em 2000 e 2010 demonstraram que Atalaia do Norte teve um crescimento relativo superior ao do estado do Amazonas (50,75%), com uma população registrada de 10.049 e 15.153 habitantes, respectivamente. Os dados censitários de 2010 indicavam que a população estava concentrada principalmente na zona rural do município, com 8.260 pessoas (54,51%), sendo 4.310 homens (52,18%) e 3.950 mulheres (47,82%). Na área urbana do município, a estimativa oficial foi de 6.893 pessoas (45,49%), das quais 3.542 eram homens (51,38%) e 3.351 mulheres (48,62%). Da população total de 15.153 habitantes, 6.274 (41,4%) se autodeclararam indígenas. Dentre estes, 434 moravam na área urbana (6,3% da população urbana do município) e 5.840, na zona rural (70,7% da população rural).

A partir dessas informações e animados pelas lideranças e estudantes indígenas, realizamos uma investigação colaborativa, cujo relatório foi divulgado (Reis et al., 2020) e parte de seus dados será analisada a seguir.

Caminhos metodológicos: a construção de um censo colaborativo com povos indígenas

O levantamento de informações sobre a população indígena no perímetro urbano de Atalaia do Norte foi realizado por meio de uma pesquisa colaborativa. Essa iniciativa envolveu representantes de organizações indígenas, lideranças, indigenistas, pesquisadores e alunos do Instituto de Natureza e Cultura da UFAM e do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga da UEA. Adotamos essa abordagem colaborativa com base em experiências anteriores com organizações e populações indígenas do Vale do Javari, em projetos de extensão e pesquisa. Além disso, análises do Censo do IBGE de 2010 reforçam a escolha por uma metodologia que envolva a colaboração dos indígenas em todas as etapas da pesquisa. Essa abordagem permitiu que os indígenas fossem protagonistas na construção do conhecimento sobre sua presença e reivindicações na cidade. Isso é especialmente relevante diante das observações sobre os riscos associados a interpretações variadas das questões do Censo e seus possíveis impactos nos resultados divulgados (Campos; Estanislau, 2016, p. 443). Dessa forma, os indígenas participaram não apenas da aplicação dos questionários, mas também da definição dos temas e da elaboração das questões que compuseram o instrumento de pesquisa, assim como da discussão preliminar dos resultados no Seminário sobre Políticas Públicas para indígenas na cidade, realizado nos dias 20 e 21 de novembro de 2018.

A pesquisa desenvolveu-se entre dezembro de 2017 e novembro de 2018. Entre dezembro de 2017 e março de 2018, reuniões com organizações indígenas e parceiros definiram os temas centrais da pesquisa, refletindo as preocupações das lideranças: educação, saúde, trabalho, renda, violência e moradia. Nessa etapa de levantamento de informações preliminares, localizamos, a partir da indicação de representantes das organizações indígenas, as residências de pessoas Kanamari, Matis, Matsés e Marubo na área urbana. Preliminarmente identificamos 132 residências e as registramos com GPS para a produção de um mapa que serviu como base para o planejamento da aplicação dos questionários.

Em abril de 2018, o instrumento de pesquisa foi formulado com base nas reuniões e na revisão de publicações sobre indígenas nos Censos Demográficos realizados pelo IBGE (Pagliaro; Azevedo; Santos, 2005; IBGE, 2012; Pereira, 2016) e de uma experiência de pesquisa censitária participativa com comunidades indígenas (Teixeira, 2004).[4] Em maio, as atividades preparatórias incluíram reuniões para discutir o questionário e mobilizar indígenas para compor as equipes, uma aplicação-teste do questionário na sede da Associação Indígena Matis (AIMA) e um encontro para organização e treinamento das equipes de campo. A aplicação-teste, realizada com trios de indígenas e não indígenas, foi crucial para avaliar a clareza e adequação das perguntas, permitindo identificar dificuldades de compreensão/tradução e incorporar sugestões valiosas dos indígenas para a definição das questões.

Após a revisão final do questionário, em 26 de maio de 2018, um treinamento com 45 participantes (incluindo acadêmicos, indigenistas, estudantes e lideranças indígenas) organizou as equipes de campo. Decidiu-se que as aplicações seriam realizadas em duplas ou trios, sempre com a presença de ao menos um indígena atuando como entrevistador(a) ou facilitador(a), fundamental para a mediação e tradução. Embora nem todos os participantes do treinamento tenham atuado na aplicação dos questionários, essa etapa foi definitiva para a adesão e mobilização dos indígenas.

[4] Esta etapa contou com a colaboração de Pedro Rapozo (UEA), Antônia Ivanilce Castro (UFAM) e Cristina Larrain (CIMI).

Inicialmente, pensamos que o critério "povo" seria suficiente para a composição das equipes. Porém, a definição das equipes para a aplicação dos questionários nas residências Marubo revelou que não era suficiente apenas pertencer ao mesmo povo; era necessário observar também a correspondência entre a localização dos grupos locais de origem dos indígenas entrevistados e dos entrevistadores/facilitadores. Não pretendo me aprofundar nas divisões internas dos povos indígenas do Vale do Javari, especialmente dos Marubo e dos Matsés, mas é importante ressaltar que a situação ocorrida nesta atividade evidencia que fatores de divisão entre grupos locais dentro da TIVJ também se reproduzem nas relações estabelecidas na cidade. No caso da organização das equipes Marubo, precisamos adotar uma divisão entre Marubo do Ituí, do Alto Curuçá e do Médio Curuçá.

Após essas etapas, entre os meses de junho e setembro de 2018, os questionários foram aplicados nas residências de indígenas oriundos da TIVJ. As equipes, compostas por indígenas e não indígenas, atuaram de forma voluntária, ou seja, sem qualquer forma de pagamento, e priorizaram os fins de semana para a realização da pesquisa. O período de quatro meses para a aplicação dos questionários se deveu a múltiplos fatores, como os compromissos paralelos dos voluntários (família, estudo, trabalho), eventos locais e a agenda das organizações indígenas.

Embora esses fatores tenham prolongado a aplicação dos questionários e causado certo desconforto devido aos desencontros gerados pelas ausências nas datas planejadas, também possibilitaram a observação de outras situações relacionadas à presença indígena na cidade de Atalaia do Norte, que orientaram a organização e a análise dos dados coletados.

Perfil da população indígena em Atalaia do Norte

A definição das casas a serem recenseadas resultou da indicação de lideranças e representantes de organizações indígenas. Dessa forma foram estabelecidos tanto a amostra a ser analisada quanto o recorte sobre a origem e os povos indígenas de interesse da pesquisa; por meio de relações de afinidade, parentesco, vizinhança, pertencimento étnico e alianças políticas definiu-se o foco em indivíduos de povos que habitam a TIVJ: Kanamari, Kulina-Pano, Marubo, Matis e Matsés. Entretanto, como consequência das diversas interações na cidade, incluindo casamentos, identificamos indivíduos de outros povos indígenas.

Foram aplicados 110 questionários em 136 domicílios identificados, dos quais 26 estavam inacessíveis. Entre os que participaram, 48 são Marubo, 32 Matsés, 9 Matis, 20 Kanamari e um Kokama (esposo de uma mulher Kanamari). O total de respondentes inclui 60 homens e 50 mulheres, sendo que a maior parte dos entrevistados tinha entre 20 e 49 anos (81 pessoas). Contabilizamos 748 indígenas (3,75% da população municipal estimada para 2019): 416 são homens, 329 são mulheres e 3 não foram identificados em relação ao gênero pelos que responderam ao questionário.

A Tabela 1 detalha a população indígena por povo, faixa etária e sexo. Os maiores contingentes populacionais são dos Marubo e Matsés. Nos povos da TIVJ, há uma predominância masculina na cidade, notável especialmente entre os Matis, onde as mulheres constituem menos da metade dos residentes urbanos.

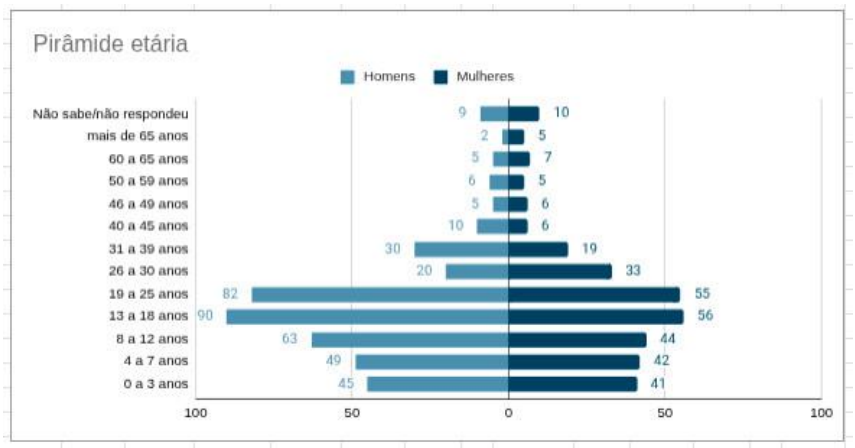
Tabela 1: População indígena por Povo, Faixa Etária e Sexo

	Kanamari		Kokama		Kulina		Kaxinawa		Marubo			Matis		Matsés			Tikuna		Yagua		
Faixa Etária	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	NR	Homem	Mulher	Homem	Mulher	NR	Homem	Mulher	Homem	Mulher	**Total**
0 a 3 anos	11	7	3	0	0	0	0	0	17	15	0	1	3	13	15	0	0	1	0	0	86
4 a 7 anos	11	9	0	1	0	0	0	0	18	14	0	5	3	14	15	0	1	0	0	0	91
8 a 12 anos	16	12	3	0	0	1	0	0	17	16	0	4	1	23	14	0	0	0	0	0	107
13 a 18 anos	12	10	0	2	1	1	0	0	38	23	0	10	3	29	17	0	0	0	0	0	146
19 a 25 anos	9	6	2	1	1	0	0	0	25	19	1	14	6	30	23	0	0	0	1	0	138
26 a 30 anos	1	8	0	0	0	0	0	0	10	17	0	3	2	6	5	0	0	1	0	0	53
31 a 39 anos	5	4	0	1	0	0	0	0	16	6	0	4	1	5	6	0	0	1	0	0	49
40 a 45 anos	2	2	1	0	0	2	0	0	5	2	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	16
46 a 49 anos	0	1	0	0	0	0	0	0	2	4	0	0	0	3	1	0	0	0	0	0	11
50 a 59 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0	3	4	0	0	0	0	0	11
60 a 65 anos	1	2	0	0	0	0	0	0	4	4	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	12
mais de 65 anos	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	7
Não sabe/não respondeu	3	6	0	0	0	0	0	1	6	2	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	21
Homens/ Mulheres/ povo	72	68	9	5	2	4	0	1	161	125	1	42	19	128	104	2	1	3	1	0	
Total/povo	**140**		**14**		**6**		**1**		**287**			**61**		**234**			**4**		**1**		**748**

O Gráfico 1 revela uma predominância masculina na maioria das faixas etárias, exceto entre 26-30 anos e acima de 60 anos. Destacam-se também as duas faixas etárias frequentemente classificadas como "adolescência" (13 a 18 anos) e "juventude" (19 a 25 anos). Juntas, essas faixas representam 37,8% do total de indígenas, o que deve ser considerado em uma investigação mais aprofundada sobre o perfil da população e suas possibilidades de inserção em ambientes escolares, no mercado de trabalho e em espaços de sociabilidade na cidade.

É exatamente nessas faixas que a predominância masculina é mais acentuada, com 59,9% entre os indivíduos de 19 a 25 anos e 61,6% entre aqueles de 13 a 18 anos. Essa diferença pode contribuir para a compreensão do perfil das pessoas que se deslocam para a cidade com o intuito de continuar seus estudos. Ao analisarmos a relação entre "idade escolar" e "sexo", podemos afirmar que a maioria dos indígenas que se mudam para prosseguir os estudos são homens. Entretanto, para um entendimento mais detalhado da situação, seria importante realizar uma comparação com aqueles que permanecem nas aldeias nas mesmas faixas etárias.

Gráfico 1: Pirâmide Etária



Uma consideração que corrobora a identificação de uma maioria masculina entre "adolescentes" e "jovens" que se deslocam para a cidade pode ser feita ao observar os números referentes às faixas etárias da infância. Entre 8 e 12 anos há uma diferença significativa entre homens (58,9%) e mulheres (41,1%). Todavia, essa diferença diminui nas duas primeiras faixas etárias: entre 4 e 7 anos são 53,8% homens e

46,2% mulheres; entre 0 e 3 anos, 52,3% homens e 47,7% mulheres. Ao cruzar esses dados com as informações sobre o tempo que essas pessoas estão morando na cidade de Atalaia do Norte, percebe-se que, no período de maior crescimento do número de famílias na cidade (entre 2008 e 2018),[5] a diferença entre os nascidos do sexo masculino e do sexo feminino é menor do que entre os maiores de 12 anos, ou seja, entre a maioria dos que se deslocaram para a cidade.

Essa análise pode ser aprofundada ao compará-la com informações sobre pessoas que nasceram em Atalaia do Norte e que nunca moraram na TIVJ. Com os dados levantados, não conseguimos afirmar precisamente quantos dos indígenas menores de 8 anos nunca habitaram a TIVJ. Identificou-se que 30% dos indígenas na área urbana nasceram fora das aldeias da TIVJ, principalmente em Atalaia do Norte e cidades próximas. Entre as aldeias de nascimento, destacam-se aquelas com mais de 20 pessoas: Irari (Kanamari, 23 pessoas), Lobo (Matsés, 24) e as aldeias marubo: São Sebastião (25), Maronal (27), Vida Nova (37) e Rio Novo (43) (Reis et al., 2020).

Não estabeleço uma relação imediata entre os nascimentos fora das aldeias e a moradia na cidade. Por diferentes motivos — como a necessidade de um parto cirúrgico e problemas de saúde das parturientes — ocorrem deslocamentos para cidades durante as gestações, seguidos do retorno às aldeias. Contudo, 162 partos foram realizados após a mudança para a cidade. Esse número é semelhante ao total de indígenas que têm entre 0 e 12 anos e que nasceram fora das aldeias da TIVJ (169), sugerindo que a cidade também é um espaço de reprodução social (Reis, 2024). Quando perguntados se ainda possuem casa na TIVJ, 76 responderam que sim, aos quais também perguntamos sobre as comunidades nas quais ainda mantêm casas, destacando-se: Lago Grande (6) e Nova Esperança (7), do povo Matsés; Boa Vista (5) e Rio Novo (6), do povo Marubo; e Tawaya (5), dos Matis – reforçando a multilocalidade e a continuidade dos laços com o território de origem.

Distribuição espacial e condições de moradia

O mapeamento das casas a serem recenseadas revelou a distribuição dos indígenas na cidade. As áreas próximas ao rio Javari, especialmente o bairro Portelinha e um conjunto de casas construídas sobre palafitas conhecido como Ponte, são frequentemente inundadas pelas cheias anuais. Existe uma área central e mais antiga, que inclui principalmente as ruas Cunha Gomes e João Batista, onde residem várias famílias Marubo da família Comapa. Além disso, em uma área distante do rio Javari, há uma ocupação significativa entre a rua do Quixito e a Estrada do Boia.[6] Considerando que os residentes do perímetro urbano constituem o foco da pesquisa, não estendemos a investigação para as casas e malocas situadas na estrada que liga Atalaia do Norte a Benjamin Constant.

Embora a maioria das casas (86) seja unifamiliar, parte delas abriga múltiplas famílias (até seis, e algumas com mais de 15 pessoas), refletindo padrões tradicionais ou o acolhimento de parentes sem residência na cidade.

A inclusão de perguntas sobre propriedade da casa, a pedido de lideranças, revelou que 83,6% das casas são próprias e quitadas, havendo também imóveis cedidos por parentes ou organizações e

[5] Sobre o ano em que mudaram para a cidade tivemos as seguintes respostas: Antes de 2008 (44); Entre 2009 e 2013 (20); Entre 2014 e 2017 (38); e Entre 2017 e 2018 (8).

[6] A respeito da ocupação por indígenas nesta área da cidade ver o artigo do antropólogo indígena Josileno Estevão Marubo (Marubo, 2023).

famílias que vivem em residências alugadas. Contrariando discursos preconceituosos, a maioria foi adquirida com recursos de salários (42 casas) e aposentadorias (19 casas), e não do Bolsa Família (apenas 3 casas). Este dado serve como uma forte evidência empírica contra estigmas sociais que associam indígenas à dependência exclusiva de programas assistenciais

As construções se alinham ao padrão predominante na cidade: 99 são de madeira, apenas 6 são de alvenaria e outras são combinações de ambos os materiais. Em 96,4% dos casos os telhados são feitos de zinco ou amianto. O acesso à água potável é um desafio: 75 casas utilizam a rede pública (água frequentemente considerada imprópria), enquanto 39 coletam água da chuva. O tratamento com hipoclorito de sódio é comum (86 residências), mas sua distribuição inconstante impacta a saúde dos moradores. A ausência de rede de esgoto e saneamento básico, situação comum aos municípios amazonenses, leva ao descarte de dejetos em valas ou fossas rudimentares. A coleta de resíduos sólidos varia: 81 utilizam o serviço municipal, 38 queimam o lixo e 5 descartam em terrenos baldios ou em cursos d'água. Quase todas as residências possuem energia elétrica.

Sobre bens de consumo e eletrodomésticos, os itens mais comuns são: fogão a gás (109), telefone celular (100) e geladeira/freezer (89). Quanto aos meios de transporte, foram mencionadas 52 motocicletas, 22 embarcações (de madeira ou alumínio) e 17 bicicletas; nenhum entrevistado declarou possuir carro ou caminhão. Embora o telefone celular seja o segundo item mais presente nas casas, o acesso à informação parece limitado, uma vez que apenas seis residências possuíam conexão à internet.

Saúde e segurança e soberania alimentar

A "procura de melhores condições de saúde" foi o segundo principal motivo dos deslocamentos para a cidade (Quadro 1), sendo que metade dos entrevistados/as que indicaram este motivo mudou-se para a cidade antes de 2008, dois o fizeram entre 2009 e 2013, um entre 2014 e 2017 e três haviam se mudado há menos de um ano da realização da pesquisa. Os Marubo representam 50% das famílias que atribuíram esta motivação, seguidos por cinco famílias Kanamari e uma Matsés[7]

Pensando nos deslocamentos entre aldeias e cidade, destaco que buscamos saber se alguns dos indígenas moradores da cidade precisaram voltar para a aldeia por problemas de saúde. Nos 110 domicílios recenseados, 33 responderam que sim, 73 não e 4 não responderam. Entre as pessoas que descreveram os problemas de saúde que levaram ao deslocamento para as aldeias destacam-se as afirmações de "tratamento" ou "atendimento" com o "pajé" e ainda as que consideram que determinadas doenças não são "de branco". Movimentação relevante, pois representa tanto a manutenção de algumas práticas de cura não dependentes da estrutura hospitalar — sendo que na cidade também são procuradas as pessoas reconhecidas como "pajés" (Reis *et al.*, 2020; Reis, 2024) — quanto práticas e espaços coletivos que articulam cuidado, política e memória, fortalecendo os laços e a interdependência entre cidade e aldeia.

[7] No presente texto não detalharei os dados relacionados às necessidades de atendimento, sobre os locais em que isso ocorre e por quem são atendidos, assim como sobre a avaliação dos indígenas sobre os serviços de saúde. Porém, estas informações podem ser consultadas em outros trabalhos (Reis *et al.*, 2020; Reis, 2024).

Quadro 1: Principais motivos para mudar para a cidade

Conflito interno na comunidade de residência anterior	1	Casamento	4
Conflito de terra	1	Atuação no movimento indígena	4
Conflitos familiares	1	Acompanhando familiares	4
Questões religiosas	1	Procura de trabalho	5
Sempre morou na cidade	1	**Procura de melhores condições de saúde**	**12**
Transferência de trabalho	3	**Procura de melhores condições de educação**	**73**

A localização de muitas casas em áreas inundáveis, com 46 imóveis sem quintais, limita o plantio e a criação de animais, aumentando a dependência de recursos financeiros para a compra de alimentos. Das 64 casas com áreas para plantio ou criação, apenas 30 possuem plantações, e somente 11 criam animais para consumo. Além das plantações e criações nas residências, foram mencionadas durante a aplicação dos questionários e observado em outros momentos na rotina da cidade, que algumas famílias mantêm roças em sítios externos (ex.: área do CIVAJA) e utilizam a pesca como alternativa de alimento.

Para além das limitações dos espaços ocupados na cidade para moradia, outros fatores podem ser observados em uma análise mais detalhada sobre plantações, para fins alimentares e medicinais, e criações de animais. Durante o Seminário, evento em que foi apresentada uma primeira sistematização dos dados do censo, Bushe Matis questionou se em alguma das casas recenseadas havia sido perguntado sobre os motivos para não criarem animais para o consumo. E afirmou que não criam com essa finalidade por serem sagrados. Essa manifestação de que a criação de animais e o plantio de certas espécies podem ser limitados por crenças e práticas tradicionais pude observar em outras situações vivenciadas com os indígenas da TIVJ. Em 2012, os Matsés da aldeia Lobo, por exemplo, criavam galinhas para troca, mas não para consumo próprio (Reis, 2013, pp.111-112). Já os Kanamari, durante etapas locais da 6ª CNSI, se opuseram ao plantio de espécies medicinais para implantação de hortos e farmácias vivas, defendendo a preservação dos locais onde elas foram deixadas pelos "criadores". A manifestação de Bushe Matis ou a oposição Kanamari ao plantio de certas espécies medicinais, defendendo em seu lugar a preservação de locais originais e sagrados, demonstra que as práticas de alimentação e cultivo não são apenas econômicas ou espaciais, mas intrinsecamente ligadas a crenças e tradições que se mantêm e se adaptam no contexto urbano. Isso ressalta a importância de uma análise multidimensional da segurança alimentar, que considere a dimensão cultural e de pertencimento.

Outra fonte de alimentos são as comunidades de origem. Das 110 casas pesquisadas, 72 recebem alimentos da aldeia com alguma frequência – mensalmente (14), a cada dois meses (14), de três em três meses (12); e outras respostas que indicam uma menor frequência. Os alimentos oriundos das comunidades mais citados são: banana (68), farinha (57), macaxeira (43) e carnes (30) – de caça, moqueada ou salgada. No entanto, há forte dependência do comércio local para itens como arroz, frango e macarrão, comprados mensalmente, semanalmente ou até diariamente, conforme a disponibilidade financeira. Esta mudança nas formas de acesso aos alimentos vai modificando a dieta e para que tivéssemos uma maior clareza sobre estas modificações, incluímos questões em que eles pudessem manifestar suas impressões a respeito e identificar o que consideram como novos alimentos inseridos na dieta. A partir da questão "Quanto mudou sua alimentação em relação à aldeia?" obtivemos diversas

respostas, as quais classificamos da seguinte forma: A alimentação é diferente (9); A alimentação é muito diferente (4); Mudou (bastante e muito) (54); Mudou pouco (12); Não mudou (16); e Não souberam responder e outras afirmações (12). Tal mudança pode ser expressa nos alimentos que passaram a ser consumidos comumente, mas que antes não consumiam: arroz (56), frango congelado (47), macarrão (37), calabresa (31), pão (27) e salsicha (23).

Apesar da mudança na dieta e da dependência do comércio local, a partilha de alimentos persiste (71 domicílios), evidenciando a manutenção de laços afetivos e o fluxo contínuo de pessoas, alimentos e recursos entre aldeias e cidade. Essa dinâmica de apoio familiar, que inclui o envio de alimentos das comunidades e o de dinheiro da cidade (oriundos da remuneração de empregos, pequenas trocas comerciais e/ou de benefícios sociais), demonstra a interdependência e a não dicotomia urbano-terra indígena, uma dinâmica que vai além da sobrevivência, sendo expressões de uma vida urbana que não rompe com os modos de vida indígenas, mas os reconfigura e os reinscreve em um novo espaço.

Contudo, a pesquisa identificou um índice significativo de insegurança alimentar entre as famílias indígenas na cidade (Reis et al., 2020, p.24), associado à dependência monetária e à homogeneização da dieta para a "dieta do supermercado" (Schor et al., 2015). A coexistência de fortes laços comunitários e insegurança alimentar é uma contradição que merece maior exploração, pois reflete os desafios da vida em contexto urbano e a necessidade de políticas públicas que considerem essa complexidade.

Educação

Dos 110 entrevistados/as, 73 (66%) afirmaram que a principal motivação para residirem na cidade é a "Procura de melhores condições de educação" de ao menos um dos residentes da casa (Quadro 1). E, do universo de 748 indígenas residindo em Atalaia, 476 são estudantes (63,6%), dos quais 188 estão matriculados no Ensino Fundamental I, 133 no Ensino Fundamental II, 88 no Ensino Médio, 26 na Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Fundamental, 2 na EJA – Ensino Médio, 12 no Ensino Superior e 20 outras situações incluindo creche e pré-escola (Tabela 2).

Tabela 2: Estudantes indígenas do Vale do Javari na cidade de Atalaia do Norte

	Kanamari		Kokama		Kulina		Marubo			Matis		Matsés		Tikuna		
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	NR	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Total Ano/curso
1º ano do ensino fundamental	6	6	0	1	0	0	9	4		2	1	4	6	1	0	40
2° ano do ensino fundamental	6	5	0	0	0	1	4	6		2	2	6	4	0	0	36
3° ano do ensino fundamental	6	4	1	0	0	0	6	7		1	0	5	6	0	0	36
4° ano do ensino fundamental	6	5	0	0	0	0	4	3		1	0	8	6	0	0	33
5° ano do ensino fundamental	0	5	1	0	0	1	11	9		2	0	8	6	0	0	43
6° ano do ensino fundamental	4	2	1	1	0	0	5	6		2	0	9	7	0	0	37
7° ano do ensino fundamental	1	1	0	0	0	1	8	5		3	1	12	7	0	0	39
8° ano do ensino fundamental	2	1	0	0	0	0	7	0		3	0	6	1	0	0	20
9º ano do ensino fundamental	2	2	0	1	0	0	8	8		1	1	10	4	0	0	37
1º ano do ensino médio	7	2	0	0	0	0	11	3		2	2	10	2	0	0	39
2º ano do ensino médio	0	1	0	0	0	0	5	5		4	0	3	2	0	0	20
3º ano do ensino médio	0	0	0	1	0	0	10	3		6	0	6	3	0	0	29
Creche	2	1	0	0	0	0	1	2		0	0	1	0	0	0	7
Pré-escola	1	0	0	0	0	0	1	3		1	1	0	1	0	0	8
EJA -fundamental	2	3	0	0	0	1	7	3		3	0	2	5	0	0	26
EJA – médio	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	2
Superior	2	1	0	0	0	0	7	0		1	0	1	0	0	0	12
Outro	0	0	0	0	0	0	0	0		1	0	1	0	0	0	2
Não sabe/não respondeu	0	0	0	0	0	0	4	2		0	0	0	0	0	0	6
Curso Técnico	0	0	0	0	0	0	1	1		0	0	0	0	0	0	2
Técnico em Enfermagem	0	0	0	0	0	0	1	1		0	0	0	0	0	0	2
Subtotal por Sexo	47	39	3	4	0	4	110	71	1	35	8	92	60	1	1	476
Total por povo	86		7		4		182			43		152		2		
Estudantes do sexo feminino	187															
Estudantes do sexo masculino	288															
Total de etudantes indígenas	**476**															

Entre os estudantes, há uma predominância masculina (60,5%). Quando comparado ao total de indígenas residentes em Atalaia do Norte, observamos que 69% das pessoas do sexo masculino e 56,8% das pessoas do sexo feminino são estudantes; e em todas as etnias da TIVJ ocorre que mais de 60% da população está matriculada em creches, escolas, cursos técnicos ou universidades. A distribuição de indígenas estudantes em relação às faixas etárias (Tabela 3), indica que a maioria dos estudantes indígenas tem entre 4 e 18 anos (316), representando 66,4% do total.

Tabela 3: Percentual de indígenas estudando por faixa etária

Faixa Etária	Total de indígenas	Estudantes	% Estudantes em relação ao total
0 a 3 anos	86	4	4,6%
4 a 7 anos	91	76	83,5%
8 a 12 anos	107	106	99,1%
13 a 18 anos	146	134	91,8%
19 a 25 anos	138	99	71,7%
26 a 30 anos	53	21	39,6%
31 a 39 anos	49	25	51,0%
40 a 45 anos	16	6	37,5%
46 a 49 anos	11	0	0,0%
50 a 59 anos	11	0	0,0%
60 a 65 anos	12	1	8,3%
Mais de 65 anos	7	1	14,3%
Idade não informada	21	3	14,3%
	748	476	63,6%

Dados oficiais da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC-AM) informam que, em 2018, 431 estudantes indígenas estavam matriculados nas escolas da rede estadual, sendo 268 na sede do município e 163 na TIVJ, onde existiam apenas sete anexos: seis pertencentes à Escola Estadual Pio Veiga e um à Escola Estadual Marechal Castelo Branco.

As demandas por acesso à educação escolar têm sido pauta de diversos fóruns do movimento indígena, da atuação da Coordenação de Educação Escolar Indígena da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e de cobranças à SEDUC-AM, resultando em ações do Ministério Público Federal visando a instalação de escolas com Ensino Médio no interior da TIVJ. Vereadores indígenas também têm tomado este tema como uma das suas principais pautas de reivindicação no âmbito do município e em encontros do movimento indígena estadual. Além do Ensino Médio, muitos jovens indígenas buscam cursos técnicos e profissionalizantes, especialmente na área da saúde, com o objetivo de atuar profissionalmente em trabalhos voltados aos povos indígenas, como os do DSEI-Vale do Javari. Com o aumento na última década de indígenas do Vale do Javari que concluíram o Ensino Médio, tem crescido paulatinamente a presença em cursos superiores da UFAM e da UEA nos municípios vizinhos de Benjamin Constant e Tabatinga, assim como a saída para outros municípios.

Conflitos, discriminação e violência

Entre os motivos para a mudança para a cidade, três entrevistados Kanamari mencionaram situações de conflito ou violência, incluindo conflitos de terra e familiares, tendo essas mudanças ocorrido antes de 2008. Um deles afirmou ter sido obrigado a deixar suas terras pela FUNAI. A existência de conflitos e a discriminação contra a presença indígena na cidade são evidentes, com 28 entrevistados relatando conhecimento de disputas relacionadas à posse da terra ou recursos naturais (Reis *et al.*, 2020, p.28).

A pesquisa registrou um alto índice de discriminação e violência: 50,9% (56) dos entrevistados relataram ter sofrido algum tipo de violência, sendo discriminação/racismo (22 menções) e preconceito (27 menções) os tipos mais frequentes (Tabela 4). A baixa taxa de denúncia (40 não fizeram nada), contrastando com 13 denúncias à polícia e 3 à FUNAI, é um ponto crítico. Novos estudos poderiam aprofundar a compreensão das razões de não haver denúncias, que podem estar relacionadas a fatores como desconfiança nas instituições, falta de conhecimento dos direitos, medo de retaliação ou à normalização da violência e do preconceito.

Tabela 4: Violências sofridas na cidade

	Kanamari	Kokama	Marubo	Matis	Matsés	Total
Discriminação ou racismo	7	1	8	1	5	22
Preconceito	8	0	16	0	3	27
Ameaça de morte	4	0	3	0	0	7
Violência sexual	3	0	0	0	0	3
Agressão física	8	0	2	1	4	15
Agressão verbal	6	0	3	2	5	16
Danificaram o acesso à água encanada	0	0	0	0	1	1
Fofoca	0	0	0	0	1	1
Total	**36**	**1**	**32**	**4**	**19**	**92**

67 entrevistados (principalmente Marubo, Matsés e Kanamari) sentiram-se desrespeitados por serem indígenas. Os locais de maior discriminação são bancos, lotéricas, hospitais, escolas e órgãos indigenistas (FUNAI e Casai/Sesai). A recorrência de casos nesses espaços essenciais para a interação dos indígenas com a cidade é preocupante e demanda atenção para a superação do problema, pois não apenas expõe a população a preconceito e desrespeito, mas também evidencia como a própria organização e funcionamento da cidade, a infraestrutura inadequada, assim como a falta de pessoal treinado para o atendimento a indígenas, produz fronteiras simbólicas e materiais que limitam, controlam ou silenciam a presença indígena.

Em relação às acusações e ao envolvimento em práticas de violência, 21 (19,1%) respondentes relataram acusações de crime ou violência (predominantemente Kanamari, Matsés e Marubo), sendo as principais: 'furto' e 'agressão física'.

Uma das preocupações levantadas nas reuniões sobre os temas e na elaboração das perguntas para o recenseamento dizia respeito ao consumo de álcool e drogas ilícitas. Preocupação que guarda

correspondência aos dados levantados, pois 46,4% (51) dos entrevistados (especialmente Kanamari, Matsés e Marubo) afirmaram estar cientes de problemas relacionados em suas famílias ou com outros indígenas. Destes, 40% (44) associaram o consumo a casos de violência, como agressões, brigas, furtos e assassinatos. Em relação às menções sobre "assassinato" (13), observou-se que eram quase exclusivamente acerca de um evento ocorrido em uma casa noturna da cidade, que teria envolvido um indivíduo Matsés; todavia, na ocasião da pesquisa, o caso ainda estava sob investigação.

Trabalho, fontes de renda e benefícios sociais

A busca por trabalho foi um dos motivos que levaram alguns indígenas a se mudarem para a cidade. Entretanto, os dados da pesquisa revelam que a inserção no mercado de trabalho formal ainda é limitada para essa população. Dos 748 indígenas residentes em Atalaia do Norte, apenas 86 (11,5%) declararam ter alguma ocupação, excluindo estudantes (Tabela 5). Dentre os maiores de 18 anos, 25,5% exercem alguma atividade remunerada. Entre os que trabalham, apenas 28,4% possuem carteira assinada, o que evidencia a precariedade da inserção no mercado de trabalho formal. A diferença entre homens e mulheres é significativa: apenas 25,9% das pessoas com trabalho remunerado são do sexo feminino. Apenas seis mulheres possuem carteira de trabalho assinada, o que representa 26,1% do total de indígenas nessa condição. Das 23 pessoas com carteira assinada, 17 são funcionárias da SESAI (12 homens e 5 mulheres).

Tabela 5: Dados sobre recebimento de benefícios sociais e situação ocupacional

	Kanamari			Kokama			Kulina			Marubo			Matis			Matsés			Tikuna					
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T
Recebe algum Benefício Social ("Sim")	1	12	**13**	1	1	**2**	0	0	**0**	12	32	**44**	3	2	**5**	7	20	**27**	0	1	**1**	24	68	**92**
Tem alguma ocupação (que não seja "Estudante")	9	13	**22**	0	0	**0**	1	1	**2**	20	12	**32**	5	4	**9**	16	5	**21**	0	0	**0**	51	35	**86**
Ocupação remunerada ("Sim")	8	6	**14**	0	0	**0**	0	1	**1**	18	5	**23**	5	0	**5**	9	2	**11**	0	0	**0**	40	14	**54**
Empregado/a com Carteira assinada	0	2	**2**	0	0	**0**	0	0	**0**	9	4	**13**	4	0	**4**	4	0	**4**	0	0	**0**	17	6	**23**

*M= Masculino; F=Feminino; T=Total

Além da renda do trabalho, 12,3% dos indígenas recebem benefícios sociais, majoritariamente mulheres (73,9%). Os benefícios mencionados foram: Bolsa Família (64); Aposentadoria (19); Seguro-Desemprego (3); Pensão (1); e 5 não informaram. Observações e diálogos no cotidiano da cidade revelam que recursos de aposentadorias e Bolsa Família de indígenas nas aldeias são frequentemente utilizados para a manutenção de parentes na cidade. Isso ocorre tanto por meio da transferência parcial quanto total dos valores para o pagamento das despesas dos parentes. Além disso, há constantes deslocamentos para o recebimento dos benefícios, que incluem visitas aos parentes e compras nos comércios de Atalaia do Norte e de cidades vizinhas. Esse mecanismo fortalece um fluxo contínuo de recursos (alimentos, dinheiro) e pessoas entre comunidades e a cidade, evidenciando uma profunda

interdependência entre esses espaços. Essa dinâmica de apoio mútuo e solidariedade familiar deve ser fundamentalmente considerada na formulação de políticas públicas.

Entre a aldeia e a cidade: as escolhas de vida dos indígenas

Esta seção examina as percepções indígenas sobre a vida em Atalaia do Norte, suas memórias das aldeias e planos futuros, analisando a complexa relação entre esses espaços. A abordagem proposta questiona a dicotomia entre 'cidade' e 'terra indígena' e a noção de 'migração' como deslocamento permanente, buscando compreender as avaliações sobre a vida urbana, as lembranças do local de origem e a intenção de permanência ou retorno e suas motivações.

As descrições dos locais em que viveram antes de chegar à cidade destacam a beleza e, principalmente, a abundância de alimentos. A fartura de recursos naturais é associada às oportunidades de trabalho, à manutenção da família e à alimentação saudável. Essa fartura de recursos é frequentemente contrastada com a necessidade de dinheiro para a sobrevivência na cidade, por um lado, e com a ênfase na falta de escolas e de atendimento médico nas aldeias, por outro.

A Tabela 6 indica que 79,1% dos entrevistados pretendem retornar à TIVJ, muitos percebendo sua moradia na cidade como transitória. As principais motivações para a permanência temporária incluem a conclusão de estudos (próprios ou de parentes), a expectativa de retornar para atuar em saúde ou educação nas aldeias ou a finalização de tratamentos de saúde. Essa forte intenção de retorno e a disposição para transitar entre aldeias e cidades reforçam o caráter de mobilidade e a interconexão dos espaços e não de migração definitiva ou "abandono" do território. Viver entre cidade e aldeia não deve ser visto como uma transição incompleta, mas sim como uma forma de existência multilocalizada, que desafia modelos fixos de identidade, moradia e pertencimento.

Dos 18,2% que não pretendem retornar, as razões incluem a continuidade dos estudos, a ausência de familiares na aldeia de origem, a manutenção do trabalho ou a adaptação à vida urbana. Coerentemente, a maioria (75,5%) não planeja trazer mais familiares para a cidade, citando as dificuldades financeiras e a percepção da cidade como perigosa, com problemas como drogas e prostituição. A busca por melhores condições de estudo foi a principal razão para os que consideram trazer mais familiares.

Tabela 6: Sobre a permanência na cidade

	Você pretende voltar para lá?		Você pretende trazer (mais) alguém da sua família para cá?		Gosta de morar em Atalaia do Norte?		
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Mais ou menos
Kanamari	12	7	1	17	13	4	3
Kokama	1	0	0	1	1	0	0
Marubo	40	7	6	40	22	20	4
Matis	9	0	3	5	4	2	3
Matsés	25	6	11	20	18	11	2
Total	87	20	21	83	58	37	12

A vida na cidade é vista pelos indígenas com ambivalência. Se por um lado, a cidade oferece oportunidades de estudo, trabalho e acesso a serviços, por outro, é percebida como um local com alto custo de vida, inseguro e marcado por discriminação. Como podemos observar nas respostas quando perguntados se gostam de morar na cidade: 52,7% responderam afirmativamente, 33,6% disseram que não e 10,9% se manifestaram com um "mais ou menos". Independentemente das avaliações, a oportunidade de concluir os estudos é o principal motivo para a permanência na cidade, tanto para os estudantes quanto para pais, mães e outros adultos que afirmaram ficar para acompanhar parentes. A pesquisa também revela que a opinião dos familiares sobre a vida na cidade é dividida: 46,3% afirmaram que seus familiares gostam de morar lá, enquanto 40% disseram que não. Os motivos mencionados não diferem dos já citados, com a oportunidade de acesso à educação escolar sendo o principal fator para a permanência.

Considerações finais

A partir de um censo colaborativo, investigamos a presença indígena na cidade de Atalaia do Norte-AM, retratando suas motivações, percepções, escolhas e aspectos das condições de vida em um ambiente urbano. Os resultados deste estudo também permitem problematizar as dicotomias entre o "urbano" e o "rural" e dialogar com outros estudos sobre as complexas dinâmicas de mobilidade entre aldeias e cidades na Amazônia contemporânea.

Como destacado por diversos autores dedicados ao estudo do colonialismo, o desenvolvimento de técnicas censitárias - assim como a Antropologia - coincide com os processos de colonização (Anderson, 2008; Pels; Salemink, 1999). A produção de dados estatísticos está, portanto, ligada ao controle social, através da elaboração e aplicação de técnicas de registro e contabilidade de populações e territórios, articuladas a discursos governamentais, o que propicia condições para o exercício do poder por um soberano (Oliveira, 2016). Porém, em uma situação similar à relatada por Colman *et al.* (2010), as lideranças que solicitaram a realização do censo em Atalaia do Norte expressavam a necessidade de que a própria população indígena conhecesse e soubesse utilizar essas informações. Na posição de legisladores e secretários municipais, assim como de membros de conselhos e coordenações, essas lideranças enfatizavam a importância de contabilizar sujeitos e processos sociais para formular ou exigir a implementação de políticas.

Conhecer e manusear uma nova linguagem, novos códigos sociais e técnicas de governo (como os censos), reformular formas de organização comunitária, organizar associações, integrar-se ao movimento indígena, constituir novas alianças e ocupar espaços de tomada de decisão (Conselhos, Conferências, Câmara Municipal, entre outros) ou mesmo criar novas instâncias de formulação e execução de políticas (Secretarias e coordenações municipais) são exemplos de como os indígenas do Vale do Javari fazem parte de diferentes redes de poder, na construção de cidades e na formação do Estado.

Diferente dos estudos de êxodos rurais para grandes cidades (e.g., Manaus, Lima), este trabalho dialoga com pesquisas sobre a urbanização amazônica e o papel indígena nesses processos (e.g., Alexiades; Peluso, 2015, 2016; Peluso, 2015; McSweeney; Jokisch, 2015; Chaves; Nova, 2018; Malheiro, 2021, 2023).

Em diferentes momentos e contextos históricos, as políticas indigenistas fixaram populações indígenas em áreas rurais e florestais, com o objetivo de apagar e negar expressões étnicas nos espaços urbanos. Isso limitou a diversidade de pertencimentos, manifestações identitárias e ações políticas. Contudo, a pesquisa mostra que não é possível estabelecer uma dicotomia entre "índios urbanos" e "índios aldeados" baseada em uma gradação estigmatizante sobre quais indígenas são considerados mais ou menos autênticos. A trajetória dos indígenas do Vale do Javari refuta uma abordagem que reduz sua identidade étnica ou seu protagonismo político ao local de residência. Ademais, a cidade não deve ser vista como uma etapa final de um suposto processo civilizatório que desconsidera a diversidade de formas de organização social e manifestações culturais. Nesse contexto, indivíduos pertencentes a grupos étnicos e racializados, ao entrarem em contato com o "modo de vida urbano", não devem ser considerados como assimilados de forma definitiva.

Expressões como "índios urbanos", "aculturados" ou "desaldeados" refletem um ideal preconceituoso que busca estabelecer o lugar – tanto espacial quanto social – dos indígenas. Em diversas situações, políticos locais, servidores públicos e outros membros da chamada população "não indígena" afirmam que "estar na cidade" (morar, trabalhar, estudar, ocupar cargos políticos, ter acesso a benefícios sociais, entre outros aspectos) representa uma negação do "ser indígena" e, consequentemente, da identidade étnica. Essa perspectiva é utilizada para questionar ou negar direitos e restringir o protagonismo político. Acreditamos que discursos que afirmam que, ao "vir para a cidade", os indígenas estão "abandonando a Terra Indígena" podem ser contestados a partir dos dados da pesquisa censitária realizada, articulados a estudos etnográficos, que evidenciam diferentes fluxos de mobilidade e continuidades entre a terra indígena e as cidades. Como demonstrado, estes fluxos se concretizam em práticas como a manutenção de casas na TIVJ (76 respondentes), o retorno para atendimento com pajés, ou o envio de alimentos e dinheiro entre aldeias e cidade. A urbanização e a territorialização indígenas não são opostas e devem ser compreendidas em relação uma à outra. Como afirmam Alexiades e Peluso (2015), além dos fatores "push-pull" que contribuem para o movimento dos indivíduos em direção à cidade, esse contato catalisa uma profunda transformação política, proporcionando aos povos indígenas oportunidades e meios únicos para articular efetivamente suas reivindicações.

Daniela M. Peluso (2015) destaca que os processos de urbanização indígena na Amazônia diferem de outros processos migratórios na região. Para a autora, a mobilidade dos indígenas raramente resulta em uma ausência ou deslocamento total e permanente da comunidade de origem para a cidade. Essa movimentação implica um posicionamento flexível dos indivíduos como possíveis agentes urbanos, o que permite a criação de vínculos estratégicos entre cidades e comunidades. O processo de urbanização indígena envolve tanto uma maior presença indígena nas cidades quanto o crescimento urbano que resulta dessa presença.

São exemplos dessas vinculações estratégicas não apenas a manutenção de residências em comunidades da TIVJ, mas também: o fornecimento de alimentos produzidos nas aldeias para familiares, amigos e aliados que habitam a cidade; a produção de artesanatos para venda em Atalaia do Norte ou em outras cidades, brasileiras e estrangeiras; os deslocamentos para tratamentos de saúde, com destaque para a busca por atendimento de pajés ou remédios tradicionais na TIVJ; o retorno às comunidades devido a problemas na cidade; as viagens durante as férias de escolas e universidades; os cursos e oficinas de formação e qualificação de professores promovidos pelas secretarias municipais e estaduais de educação, além da formação de nível superior nas licenciaturas coordenadas pela UEA; e as reuniões e assembleias do movimento indígena, realizadas tanto na cidade quanto nas aldeias (Reis, 2024).

É importante mencionar, nesta reflexão sobre as continuidades e as diferentes estratégias que integram aldeias e cidades, as manifestações de preocupação e cuidado, especialmente em relação à saída de adolescentes e jovens das aldeias. A busca por educação escolar está interligada às projeções familiares sobre empregabilidade. Os mais recentes deslocamentos para morar em Atalaia do Norte, motivados pela procura de melhores condições de educação, envolvem um número crescente de jovens, gerando grande preocupação entre seus familiares adultos. Nas conversas, tanto nas ruas quanto nas comunidades, são comuns os questionamentos sobre se esses jovens realmente estão estudando e a insegurança quanto ao seu potencial envolvimento em situações problemáticas como alcoolismo, consumo de drogas ilícitas e até mesmo narcotráfico. Como resultado dessa preocupação, é frequente encontrar parentes na cidade, desempenhando diferentes papéis de cuidado – auxiliando na construção de casas, trazendo alimentos e/ou medicamentos, ou visitando e até morando na cidade para acompanhar os mais jovens durante o período de formação escolar.

A moradia compartilhada na cidade não se assemelha a uma corrida migratória, onde um parente abre caminho para os demais segui-lo gradualmente. Em vez disso, trata-se de um grupo social que se movimenta pelo território e por outras localidades que acessam por meio de suas redes de relações, cuidando uns dos outros com base em laços de parentesco. No entanto, esses movimentos não implicam necessariamente uma fixação total na cidade. Como demonstrado anteriormente, os dados do recenseamento de 2018 indicam que a maioria percebe a moradia na cidade como transitória. Por outro lado, as respostas dos demais não devem ser interpretadas como uma decisão definitiva de permanecer na cidade. Também é incorreto afirmar que cerca de 20% dos entrevistados pretendem romper ou ignorar suas conexões com as aldeias e com as famílias que permanecem na TIVJ. Muitos deles são atualmente líderes das organizações indígenas e ocupam cargos políticos e administrativos.

A educação escolar foi e continua sendo uma das principais motivações do movimento indígena no Vale do Javari, sendo um elemento central no discurso e nas ações das organizações e suas lideranças. Nos últimos anos, a principal reivindicação tem sido a superação da escassa oferta de ensino médio nas aldeias. Apesar do desejo por uma oferta abrangente de turmas de nível médio na TIVJ e da preocupação com a vida dos mais jovens no ambiente urbano, também percebi uma grande expectativa em relação à formação profissional. Em conversas com jovens e adultos, constatei que há orientações elaboradas e compartilhadas nos ambientes domésticos para buscar cursos técnicos e profissionalizantes. Essas orientações não apenas revelam a preocupação com as possibilidades reais de trabalho remunerado, mas também a relevância desses empregos para o bem-estar coletivo. Os jovens buscam formações que lhes garantam acesso não apenas a qualquer trabalho, mas a cargos considerados essenciais para o território, para a população, para Atalaia do Norte e para as organizações, visando seu protagonismo político. Isso demonstra uma clara noção de pertencimento a um coletivo social com um destino compartilhado e a vontade de construir ativamente melhorias para um futuro comum.

Nos últimos anos, a busca por formação na área da saúde tem se destacado, especialmente pelo número de postos de trabalho oferecidos pela SESAI, tanto na cidade quanto nas aldeias do interior da TIVJ. Embora não tenha acesso aos dados sobre o número de indígenas empregados nos últimos anos, especialmente durante a gestão de Jorge Marubo no DSEI, observei um crescente movimento de indígenas em cada processo seletivo. Dados de 2018 confirmaram a tendência de empregabilidade na SESAI, com a oferta de empregos mais estáveis, que incluem contrato e registro na carteira de trabalho.

Por outro lado, a educação continua sendo uma fonte importante de emprego para os indígenas do Vale do Javari, apresentando mudanças significativas na última década. A função de professor indígena vai além do ensino em sala de aula; geralmente exercida por lideranças comunitárias ou seus parentes, também serve como um meio importante de mediação e representação. Nesse contexto,

outros cargos na área da educação estão sendo conquistados, como a atuação na Coordenação de Educação Escolar Indígena da SEMED, onde licenciados em Pedagogia Intercultural pela UEA têm sido contratados como pedagogos, ampliando não apenas as oportunidades de trabalho remunerado, mas também a conquista de autonomia do controle indígena sobre as políticas que os afetam, demonstrando a capacidade de autogestão e autorrepresentação.

Essas diferentes formas de continuidade entre aldeias e cidades, somadas às dinâmicas espaciais e políticas, revelam uma densa articulação de relações sociais, permeadas de afetividade e projetos de futuro.

Aprofundar a compreensão sobre a relação entre os povos indígenas e os processos de urbanização na Amazônia, como em Atalaia do Norte, envolve reconhecer que esses processos são simultaneamente simbólicos, políticos e físicos, apresentando diferentes dimensões espaciais. Essa relação abrange uma gama de fluxos multilocais e multidirecionais, incluindo diversas formas de ocupação e residência, desde assentamentos dispersos até enclaves ou bairros indígenas, alguns efêmeros e outros mais permanentes. Esses novos modos de vida surgem de um espectro de possibilidades relacionadas a quem se desloca, por que, em que condições, com quem, em que ponto de suas vidas, com que frequência, por quanto tempo e para que tipo de habitação. É fundamental compreender os problemas que esses engajamentos contemporâneos trazem para a vida das pessoas, afetando sua saúde, bem-estar e meios de subsistência, assim como as diferentes respostas, tanto individuais quanto coletivas. Em outras palavras, busca-se elucidar como os processos de urbanização estão associados a resultados e estratégias diversas dentro e entre os povos indígenas (Alexiades; Peluso, 2015).

Para isso, é pertinente refletir sobre o que significam "cidade" e "urbano" na Amazônia, a partir das diferentes formas de continuidade com os territórios indígenas, além de promover um debate crítico sobre as dicotomias rural-urbano; índios-não índios/índios urbanos; urbano-rural e aldeado-desaldeado. Assim, mais do que uma simples ocupação, interação ou transformação pontual de zonas urbanas, essas dinâmicas sugerem a necessidade de revisar a compreensão da interface urbano-rural, ampliando o repertório analítico para refletir sobre a estreita e dinâmica articulação entre múltiplos lugares, ambientes, processos e atores que envolvem não apenas as cidades, mas também outros espaços, como florestas, rios e lagos. Nesse sentido, o diálogo com outras pesquisas antropológicas e com produções da Geografia (que se configura como um campo de possibilidades) sugere uma reflexão sobre a interconexão entre o rural e o urbano, em que um não pode ser compreendido sem o contexto do outro e das dinâmicas sociais, econômicas, políticas e territoriais que se transformam e são transformadas ao longo do processo (Alexiades; Peluso, 2016; Bartoli, 2017).

Para o avanço dos estudos sobre a presença indígena nas cidades amazônicas, a articulação entre pesquisas demográficas e etnográficas é fundamental. Essa articulação permite uma melhor compreensão de aspectos como as dinâmicas de mobilidade, o acompanhamento histórico das taxas de crescimento populacional e o perfil demográfico. Destaca-se o diálogo com estudos sobre a apropriação política dos censos oficiais do IBGE pelos movimentos indígenas e as variações na autoidentificação em contextos urbanos (por exemplo, Azevedo, 2008; Pagliaro; Azevedo; Santos, 2005; Campos; Estanislau, 2016; Simoni; Dagnino, 2016; Santos et al., 2019).

Acredito que o aprofundamento de estudos etnográficos e o diálogo com outras disciplinas, como a história, a geografia e a demografia, podem contribuir para análises que abordem a complexidade de processos como os aqui tratados. É necessário refletir criticamente sobre dicotomias como a separação entre urbano e rural, que não é apenas descritiva ou administrativa, mas também uma projeção política. As cidades possuem múltiplas formas de conexão com o rural e mantêm uma forte

dependência desse, algo que os indígenas do Vale do Javari estão cientes. Cidades como Atalaia do Norte também dependem, política, econômica e demograficamente das Terras Indígenas e essa relação não é unidirecional nem marginal.

No levantamento sociodemográfico realizado em 2018 e em observações mais recentes, constata-se que as habitações dos indígenas na cidade seguem o padrão de construção e a disponibilidade de material da região e distribuem-se em diferentes áreas da cidade, com uma tendência a uma ocupação maior das áreas periféricas pelas pessoas e famílias que têm se estabelecido mais recentemente (Reis *et al*, 2020; Marubo, 2023b). Portanto, não se tem observado uma transformação significativa do espaço físico, uma mudança urbanística. Assim, se podemos falar de uma "indigenização da cidade" (Andrade, 2010, 2012) em Atalaia do Norte, ela não se dá por transformações arquitetônicas, por construções que pretendem indigenizar o espaço urbano, mas sim pelas mudanças nas relações; na construção de uma cidade diversa, multiétnica, em que se falam muitas línguas. Então, não é uma "maquiagem multicultural" (Grosfoguel, 2007) da cidade, é modificação de práticas. Das relações. (Reis, 2024, p.346).

Não pretendo desconsiderar os problemas relacionados à vida na cidade, como as situações de discriminação e de violência relatadas durante a aplicação dos questionários da pesquisa de 2018. Mas ao andar pelas ruas de Atalaia do Norte, acompanhar um torneio de futebol, fazer uma refeição em algum dos restaurantes da cidade ou observar o movimento na praça de alimentação, não há como não notar a diversidade étnica e linguística.

A construção dessa cidade multiétnica se funda em diversos processos políticos, passados e atuais, e se projeta em manifestações culturais em eventos realizados nas escolas e em datas comemorativas, e na reivindicação por atendimento diferenciado e com a presença de intérpretes bilíngues em agências lotéricas ou órgãos municipais, impulsionando a cooficialização das línguas indígenas e o reconhecimento profissional dos indígenas bilíngues como pauta de projetos de lei e negociações políticas no âmbito do poder municipal. Dentre outras demandas apresentadas pelos diversos atores políticos - lideranças comunitárias, representantes de organizações, assim como, por indígenas que ocupam cargos no poder legislativo e executivo (Reis, 2024).

Referências

ALEXIADES, Miguel N.; PELUSO, Daniela M. Introduction: Indigenous urbanization in lowland South America. **Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, v. 20, n. 1, p. 1–12, 2015. Disponível em: https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jlca.12133. Acesso em: 14 jul. 2025. DOI: https://doi.org/10.1111/jlca.12133.

ALEXIADES, Miguel N.; PELUSO, Daniela. La urbanización indígena en la Amazonia. Un nuevo contexto de articulación social y territorial. **Gazeta de Antropologia**, v. 32, n. 1, 2016. Disponível em: http://hdl.handle.net/10481/42869. Acesso em: 14 jul. 2025. DOI: http://dx.doi.org/10.30827/Digibug.42869.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a origem do nacionalismo [1983]. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, José Agnello Alves Dias de. Experimentos teórico-etnográficos na fronteira entre a etnologia indígena e a antropologia urbana. **Ponto Urbe**. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n. 7, 2010. Disponível em: https://revistas.usp.br/pontourbe/article/view/218164. Acesso em: 14 jul. 2025. DOI: https://doi.org/10.4000/pontourbe.1642

ANDRADE, José Agnello Alves Dias de. **Indigenização da cidade:** etnografia do circuito sateré-mawé em Manaus-AM e arredores. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2012. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05032013-123502/ Acesso em: 14 jul. 2025.

AZEVEDO, Marta M. Diagnóstico da população indígena no Brasil. **Ciência e Cultura,** v. 60, n. 4, p. 19-22, 2008. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000400010. Acesso em: 14 jul. 2025.

BARTOLI, Estevan. **O retorno ao território a partir da cidade**: sistemas territoriais urbano-ribeirinhos em Parintins (AM). 2017. 297 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/18fcd7d6-a1d4-4312-8f9c-da21bb274e0b. Acesso em: 14 jul. 2025.

CAMPOS, Marden B. de; ESTANISLAU, Bárbara R. Demografia dos povos indígenas: os Censos Demográficos como ponto de vista. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, n. 2, p. 441–449, 13 nov. 2016. Disponível em: https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/962. Acesso em 14 jul. 2025. DOI: https://doi.org/10.20947/S0102-30982016a0042.

CHAVES, Margarita; NOVA, Giselle. Urbanización indígena en la Amazonia colombiana. Apuntes críticos para la definición de políticas territoriales incluyentes. HORBATH, J. E.; GRACIA, M. A. (Ed.). **La cuestión indígena en las ciudades de las Américas**: Procesos, políticas e identidades. Buenos Aires: CLACSO; MINO Y DÁVILA Editores, 2018.

COLMAN, Rosa S. *et al.* Mobilidade Espacial Guarani e Kaiowá. Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2010, Caxambu. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2010. Disponível em: https://proceedings.science/encontro-abep/abep-2010/trabalhos/mobilidade-espacial-guarani-e-kaiowa?lang=pt-br. Acesso em: 14 jul. 2025.

GROSFOGUEL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 32-35, junho 2007. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000200015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 dez. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Características da População e dos Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MALHEIRO, Tatiane C. Por uma geografia do contato interétnico: (re)posicionamento da alteridade indígena na produção da fronteira amazônica. **Confins**, v. 53, 2021. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/43075. Acesso em: 14 jul. 2025. DOI: https://doi.org/10.4000/confins.43075.

MALHEIRO, Tatiane C. Os (Des)Encontros entre Etnicidade Indígena e Urbanização na Amazônia Brasileira. **Espaço Ameríndio**, v. 17, n. 1, p. 269-294, 2023. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/130882. Acesso em: 14 jul. 2025. DOI: https://doi.org/10.22456/1982-6524.130882.

MARUBO, Josileno Estevão. Ocupações urbanas indígenas: observações sobre o caso dos indígenas do Vale do Javari em Atalaia do Norte (Amazonas, Brasil). **Espaço Ameríndio**, v. 17, n. 1, p. 406-419, jan./abr. 2023. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/131050. Acesso em: 14 jul. 2025. DOI: https://doi.org/10.22456/1982-6524.131050.

MCSWEENEY, Kendra; JOKISCH, Brad. Native amazonians' strategic urbanization: Shaping territorial possibilities through cities. **Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, v. 20, n. 1, p. 13–33, 2015. Disponível em: https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jlca.12067. Acesso em: 14 jul. 2025. DOI: https://doi.org/10.1111/jlca.12067.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PAGLIARO, Heloísa; AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura. **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Editora Fiocruz, 2005.

PAZ, Marcelo de S. **Afirmação Étnica no espaço escolar**: Movimento Indígena, Relações Interétnicas e Cultura Indígena nas Escolas de Atalaia do Norte/AM. 2014. Monografia (Bacharelado em Antropologia) - Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas, Benjamin Constant, 2014.

PELS, Peter; SALEMINK, Oscar. Introduction: Locating the Colonial Subjects of Anthropology.

PELS, Peter; SALEMINK, Oscar. (Eds.) **Colonial Subjects**: Essays on the Practical History of Anthropology. Ann Arbor: The Michigan University Press, 1999.

PELUSO, Daniela. M. Circulating between rural and urban communities: Multisited dwellings in amazonian frontiers. **Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, v. 20, n. 1, p. 57–79, 2015. Disponível em: https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jlca.12134. Acesso em: 14 jul. 2025. DOI: https://doi.org/10.1111/jlca.12134.

PEREIRA, Nilza. Avanços na captação de dados sobre a população indígena no Censo Demográfico 2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, n. 2, p. 423–430, 10 out. 2016. Disponível em: https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/939. Acesso em: 14 jul. 2025. DOI: https://doi.org/10.20947/S0102-30982016a0040.

REIS, Rodrigo. **Os Matsés e as fronteiras**: territorialização, conflitos e a construção de uma identidade transfronteiriça. 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12121. Acesso em: 14 jul. 2025.

REIS, Rodrigo. **Política Indígena no Vale do Javari**: a luta pelo território e a conquista da cidade. 2024. 443 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: http://objdig.ufrj.br/72/teses/947324.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025.

REIS, Rodrigo *et al.* Povos indígenas do Vale do Javari e o perfil sociodemográfico na cidade de Atalaia do Norte – AM. **Cadernos de Estudos Socioambientais**, v. 1, n. 1, p. 1–31, 2020. Disponível em: http://periodicos.uea.edu.br/index.php/ces/article/view/1825. Acesso em: 24 ago. 2020.

SANTOS, Ricardo V. *et al.* (ed.). **Entre Demografia e Antropologia**: povos indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2019.

SCHOR, Tatiana *et al.* Do peixe com farinha à macarronada com frango: uma análise das transformações na rede urbana no Alto Solimões pela perspectiva dos padrões alimentares. **Confins**, n. 24, 2015. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/10254. Acesso em: 14 jul. 2025. DOI: https://doi.org/10.4000/confins.10254.

SIMONI, Alessandra T.; DAGNINO, Ricardo D. S. Dinâmica demográfica da população indígena em áreas urbanas: o caso da cidade de Altamira, Pará. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, n.2, 303–326, 2016. Disponível em: https://rebep.org.br/revista/article/view/937. Acesso em: 14 jul. 2025. DOI: https://doi.org/10.20947/S0102-30982016a0020.

TEIXEIRA, Peri. Metodologia de uma pesquisa censitária participativa realizada junto a uma comunidade indígena da Amazônia. **Anais do I Congresso da Associação Latino Americana de População**, I. Caxambú: ALAP, 2004. Disponível em: https://files.alapop.org/alap/images/PDF/ALAP2004_404.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025